

PExt no HABEAS CORPUS Nº 551.022 - MG (2019/0369729-3)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
REQUERENTE : MARCELO TERTULIANO
ADVOGADO : ANTÔNIO ROBERTO SANCHES - SP075987
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRANTE : ELIZABETE CARDOSO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ELIZABETE CARDOSO DE OLIVEIRA - SP221184
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : ALEX DE SOUSA (PRESO)

DECISÃO

MARCELO TERTULIANO pede a extensão da ordem concedida ao paciente Alex de Sousa às fls. 228-233, sob o argumento de que a situação processual de ambos é idêntica.

Saliento que, para a aplicação do art. 580 do CPP, é necessário que as situações **fática e processual** entre o paciente e o requerente sejam **idênticas, o que não se verifica na hipótese**.

Ab initio, observo que a prisão preventiva do requerente já foi analisada pela Sexta Turma do STJ no **HC n. 494.305/MG**, de minha relatoria, publicado no DJe de 29/4/2019, cuja ementa colaciono a seguir:

HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. IDONEIDADE DOS MOTIVOS. SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES MENOS GRAVOSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I

e II, do Código de Processo Penal.

2. São idôneos os motivos invocados para embasar a ordem de prisão do agente, ao evidenciar a acentuada reprovabilidade da conduta perpetrada, cometida em concurso de agentes (três, no caso), com especial *modus operandi* – vários delitos de furto, em que os autores durante o dia chegam à residência, tocam o interfone e quando não há resposta, com o uso de um alicate, rompem os miolos das fechaduras e adentram ao local, de onde subtraem tudo que é fácil levar, principalmente eletrônicos –, além do fundado risco de reiteração delitiva. Nos termos do acórdão e das informações, ainda, ficou registrado que o réu ostenta diversas passagens por delitos múltiplos, inclusive patrimoniais, e está foragido.

3. Tais elementos – gravidade concreta do comportamento delitivo e risco de reiteração criminosa – permitem verificar que a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

4. Ordem denegada.

Assim, as matérias atinentes aos motivos que justificaram a decretação da prisão preventiva do requerente **já foram devidamente examinadas por esta Corte Superior**, a evidenciar a mera reiteração do pedido.

Ademais, no caso em exame, verifico a **ausência de similitude fática entre a situação dos dois acusados**, uma vez que a última notícia que se tem a respeito do ora recorrente é que ele está **foragido** e, inclusive, houve desmembramento do processo que apura a conduta imputada aos agentes. Além disso, conforme consignado no acórdão acima, **o agente ostenta diversas passagens por delitos múltiplos, inclusive patrimoniais**, a evidenciar a distinção entre os casos.

Ressalto, por fim, que um novo exame da situação prisional do réu, à luz da Recomendação n. 62/2020 do CNJ, deve ser feito pelas instâncias de origem, a fim de que eventualmente inaugure a competência do STJ para avaliar a matéria.

À vista do exposto, **indefiro o pedido de extensão**.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**